

### Os idosos organizam-se para não estarem sozinhos

A geração que, na sua juventude, viu nascer as comunas *hippies* inventa para os seus dias de reforma fórmulas como a *co-housing* e as “aldeias para idosos”. São alternativas às residências de idosos, que combinam a aspiração de viver de modo independente, no lar, com a de permanecer vinculados a uma comunidade.

Desde que arrancou a “Lincoln Park Village”, os idosos do norte de Chicago vivem melhor sem necessidade de deixar as suas casas. Basta um telefonema ou um “clique” na sua *web*, para que se apresente um voluntário disposto a ajudá-los em qualquer tarefa: atualizar as faturas; mudar uma lâmpada; pedir uma consulta para ir ao médico; ensinar conhecimentos básicos de informática...

Além desta ajuda, a “Lincoln Park Village” – que atualmente atende 376 lares de três bairros – oferece a oportunidade de fazer amigos novos através de atividades de lazer destinadas a idosos (concertos, excursões, fóruns de livros, aulas de Tai Chi...).

Para desfrutar destes serviços tem de se pagar uma quota anual de 540 dólares por pessoa, ou, de 780 se for um lar de duas pessoas (397 e 574 euros, respetivamente). Os rendimentos mais baixos pagam menos.

A filosofia que inspira este tipo de “aldeias para idosos” é simples: os seus membros continuam a viver de forma independente nas suas casas e, ao mesmo tempo, desfrutam do sentido de comunidade e da segurança que proporcionavam as antigas aldeias. E tudo isto, com as comodidades da vida moderna.

Assim o observa Dorothy Batt, que vive com o seu marido num bairro de Madison onde se implantou a organização “SAIL” (“Supporting Active Independent Lives”). “Fui criada numa localidade onde quase toda a gente me conhecia, a mim ou aos meus pais. Se precisava de alguma coisa, sabia a quem podia recorrer. A reforma é como chegar a um país estrangeiro: não conhecemos as regras. A ‘SAIL’ é um presente do céu”.

Tanto a “SAIL” como a “Lincoln Park Village” pertencem à “Village to Village Network”, uma organização sem fins lucrativos, que ajuda a implementar “aldeias para idosos”. Já existem 89 distribuídas pelos EUA, em bairros com muita gente da terceira idade, e, proximamente, irão abrir outras 123. Também começaram a funcionar algumas no Canadá, Austrália e Holanda.

“Envelhecer está a converter-se em algo menos sombrio e mais atrativo”, escreve Cat Johnson numa reportagem publicada em “Shareable”. “Os idosos são contemplados e contemplam os outros para criar redes de bem-estar, apoio mútuo e amizade; estão a transformar a longa marcha para a sepultura que é a velhice numa alegre partilha”.

Outra fórmula que permite aos idosos viver no seu lar e fazer novos amigos é a “co-housing”, que tem por detrás toda uma teoria social. São comunidades de apartamentos próprios com zonas partilhadas (cozinha, sala de refeições, sala de estar, terraços...), para favorecer a interação.

Este modelo de habitações teve origem na Dinamarca, nos anos 60 do século XX. Foi levado para os EUA pelos arquitetos Charles Durret e Kathryn McCamant, autores do livro “CoHousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves” (1994). Nele descrevem a “co-housing” como uma resposta aos desafios colocados pela agitada vida moderna: em vez do turbilhão, os seus residentes encontram serenidade e ajuda mútua.

Vários anos depois, em 2009, Durret e McCamant – que ajudaram a desenhar mais de 50 casas comuns – escreveram um livro para mostrar aos idosos os benefícios da “co-housing”: “The Senior Cohousing Handbook”. Entre outros efeitos benéficos, as quase 120 comunidades que existem nos EUA evitam o isolamento e proporcionam segurança e diversão.

Outra vantagem é que os idosos têm a tranquilidade de saber que os seus companheiros querem fazer vida em comum. Gay Ellis, uma mulher de 67 anos que vive numa casa comum na Grã-Bretanha, explica ao “The Guardian”: “Aqui as pessoas procuram uma comunidade, de modo que não nos sentimos culpados por incomodar. Posso telefonar a quem quiser e, a seguir, há alguém disposto a estar um pouco comigo”.

Para o professor da Universidade de Stirling, William Lauder, que investigou os efeitos da solidão na saúde, a “co-housing”

apresenta-se como uma solução “absolutamente perfeita” para “um dos problemas de saúde pública mais importantes e menos tratados [na Grã-Bretanha]”, onde já funcionam 12 casas comuns e se preparam outras 32.

Na campanha eleitoral de 2010, o líder trabalhista Gordon Brown prometeu um ambicioso plano de ajuda gratuita ao domicílio para os idosos mais necessitados de Inglaterra e País de Gales. Agora, o Governo de Cameron anunciou outro, mais modesto, para identificar, com a ajuda das autoridades locais, os 5 milhões de idosos que vivem sozinhos na Grã-Bretanha.

À espera de que se concretize a ajuda estatal, a sociedade britânica lança as suas próprias iniciativas. A “Campaign to End Loneliness” pretende explicar às pessoas os fatores que provocam a solidão habitual. Através de estudos e relatórios, os organizadores desta campanha ensinam formas de prevenir e aliviar a solidão.

A “Friends of the Elderly” é uma organização de beneficência que combina as visitas ao domicílio com a socialização nos centros de dia. Uma vez por semana, os idosos que participam no seu programa, recebem a visita de um voluntário disposto a conversar com eles. Além disso, para que não fiquem anquilosados, os beneficiários devem ir, nessa mesma semana, a um dos centros de dia que haja perto de casa.

Outra fórmula mencionada pelo “The Guardian” para mitigar a solidão dos idosos, são as linhas telefónicas que permitem aos seus utentes falar com um voluntário em qualquer altura do dia. Diversamente de outros serviços pensados para pedir ajuda em situações de emergência, a “The Silver Line” existe para escutar os idosos em qualquer situação: “Nenhum problema é demasiado grande, nenhum problema é demasiado pequeno; não há necessidade de estar sozinho”, diz o seu lema.

J.M.

## A elegância, força contida

Azorín definia a elegância como força contida. Uma pessoa elegante seria aquela que não manifesta de forma espontânea toda a sua força, toda a sua energia, todo o seu poder, mas sim que os contém, e os expressa, de modo delicado. Daí, dizia agora Rubén Darío, que a elegância suprema consiste em não se fazer notar.

Infelizmente, os nossos filhos não encontram à sua volta muitos modelos de elegância, porque aquilo que se exhibe nas montras que contemplam (na rua, na televisão ou na Internet) é o sê tu mesmo, a espontaneidade, o deixar-se conduzir; isso traduz-se, em geral, em grosseria ou vulgaridade. A primeira é

um defeito de forma e a segunda, um excesso; mas ambas, longe de conter, precipitam para fora uma intimidade que, pelo facto de não ser contida, se perde.

Os nossos filhos, sobretudo os adolescentes, precisam de aprender a conter toda a energia vital que têm no seu interior e deixá-la sair com delicadeza. Como estão a começar a viver, não tiraram a medida das suas possibilidades e não sabem como exteriorizar a sua intimidade. Também estão a aprender a escolher (a palavra elegância é aparentada com o verbo latino *eligo*, escolher) e custa-lhes escolher bem. O elegante é para eles algo postiço que desvirtua a naturalidade, quando é justamente o contrário.

Os pais podem fazer muito para que os filhos sejam elegantes: para isso é preciso mais do que pensamos, porque, embora o pareça, não estamos a jogar no campo da estética, mas no da formação do carácter. A pessoa com carácter, a que aprendeu a conter o seu temperamento, a não se deixar levar, mas a saber escolher, manifesta-se aos outros com essa qualidade invisível a que chamamos elegância.

Teríamos de começar por dar o exemplo, isto é, por viver nós próprios com elegância, não admitindo grosserias, espontaneidade mal entendida, falta de delicadeza, explosões temperamentais, sem cair na rigidez nem na afetação, porque uma pessoa elegante caracteriza-se por ser natural, delicada, discreta, flexível e simples.

Não nos cansemos de corrigir: gestos, posições, formas de falar e de vestir... É importante que lhes façamos ver a impressão que podem causar aos outros. Os adolescentes olham-se muito ao espelho, mas não veem o que os outros veem: temos de lhes entregar outro espelho para que vejam o reflexo do seu reflexo. Um tipo de roupa pode significar para eles comodidade, mas pode ser interpretado de muitas outras maneiras pelas pessoas que estão à sua volta.

De qualquer forma, não espere-mos que, de um dia para o outro, caminhe tudo sobre rodas, porque há muita vitalidade, muita força a conter.

(“blogfamiliaactual”)

## A norma da união de facto

Desde há três meses que saio com a minha noiva e felizmente tudo corre muito bem. Estava a contá-lo a um amigo no outro dia e, no final da conversa, ele perguntou-me, com uma expressão de viva curiosidade: “Vais-te embora para ir viver juntos?”.

A união de facto antes do casamento é hoje o caminho mais comum das uniões dos jovens: atuam assim cerca de 75% e,

para a maioria dessas uniões, mais do que uma decisão meditada, é algo para onde deslizam sem terem pensado nisso. Quando ele ou ela começam a passar mais noites em casa do outro do que na sua, no final parece natural deixar de pagar dois alugueres.

Embora a união de facto se apresente como um bom modo de conhecer a outra pessoa e assegurar um casamento mais sólido, não existem provas que o demonstrem. As estatísticas revelam que a união de facto dura 2,5 anos antes de terminar ou de se converter em casamento, mas a taxa de conversão em casamento está a baixar. Entre as uniões de facto que começam a viver em conjunto, 50% casam-se e 50% rompem a união antes dos cinco anos. Para as que vêm a casar, a taxa de divórcio é o dobro do que a das uniões que não viveram em união de facto antes de casarem.

Porque é então a união de facto a norma aceite e, ao mesmo tempo, se torna completamente inútil para ajudar as uniões a discernir o seu futuro? A resposta às duas perguntas é a mesma: sexo. Irem viver juntos é consequência de já terem começado a ter relações sexuais. Não nos enganemos: a união de facto tem a ver com o sexo. Os jovens que vivem em união de facto fazem um ao outro a declaração subconsciente de que “não necessito de me casar contigo para ter relações sexuais”.

Esta é uma declaração decisiva para o bom estado da relação, porque o sexo passa de algo digno de um compromisso perante Deus, para algo não mais importante do que decidir o que vamos comer hoje. A promessa que cada pessoa de uma união de facto faz é: “Prometo ter relações sexuais contigo até encontrar outra pessoa com a qual prefira tê-las”. Vi há pouco tempo o filme “Prometo Amar-te” (“The Vow”), uma comédia romântica baseada numa história real. A dupla dos protagonistas conhece-se, começam a sair e o jovem acaba por pedir à jovem que vá viver com ele. A cena está concebida como o momento especialmente romântico em que o homem dá finalmente um passo em frente e faz aquilo que deve fazer. Todavia, o que realmente disse é: “Quero ter relações sexuais contigo de modo mais regular, mas, com a liberdade de acabar com isso se as coisas não funcionarem”. Sim, isto é que é romântico!

E o que se passa com as uniões de facto que vivem em conjunto e acabam por se casar? Ponho em dúvida a liberdade com a qual realmente entram no casamento e o seu desejo real de estarem juntos até que a morte os separe. Pela sua própria natureza, o sexo está desenhado para estabelecer um vínculo entre uma união, mas, quando uma relação chega ao sexo antes de tempo, questões importantes como o carácter, a conceção da vida e a compatibilidade ficam marginalizadas. Consequentemente, tudo é encarado em tons de cor de rosa e verifica-se difícil acordar as coisas importantes e, mais ainda, falar delas. Quando um casal de noivos começa a ter relações sexuais, negligencia verificar o seu compromisso intelectual e, em seu lugar, inicia um compromisso emocional e sexual.

O amor quando brota é algo muito frágil e a luxúria pode, facilmente, esmagá-lo. O facto de uma união de facto acabar

no altar (ou mais provavelmente no jardim) não é uma prova de que partilham um verdadeiro amor. Muitas uniões de facto que hoje acabam por casar não escolhem o casamento com tanta liberdade como poderiam, pois, muitas vezes, simplesmente acabam nele. É só o passo seguinte após uma série de decisões erradas. A união de facto baseia-se no princípio de que uma pessoa pode abandoná-la a qualquer momento e esta atitude não desaparece facilmente só por se assinar uma certidão de casamento.

As uniões de facto desejam certamente amar e, indiscutivelmente, fazem o melhor que podem para se amarem um ao outro. Mas o problema é que o melhor que podem não é suficiente, porque se baseiam numa informação distorcida. Aprendem como ter relações sexuais com a outra pessoa, mas não como é a pessoa; desejam ser amados, mas não conseguem compreender como amar.

Se não me interessasse discernir como será o possível futuro com a minha noiva, então, naturalmente, iríamos viver em união de facto agora mesmo. Mas o meu coração, como o de qualquer outro ser humano, deseja encontrar um amor que dure toda a vida. E a probabilidade de encontrá-lo diminuiria muito se optássemos agora pelo caminho fácil e seguissemos simplesmente a tendência social. O amor é algo demasiado valioso para ser rebaixado e dilacerado através desse mal social da união de facto.

(Abreviado do original em “Foolish Wisdom”)

B.T.

## “Embrión. Una defensa de la vida humana”

“Embryo. A Defense of Human Life”

Autores: Christopher Tollefsen, Robert P. George  
Rialp. Madrid (2012)

237 págs.

Tradução (para castelhano): Javier Novo.

Noé Bentom Markham esteve à beira de morrer em setembro de 2005, preso num hospital inundado em Nova Orleães, durante a furiosa tempestade do Katrina. Vários polícias utilizaram barcaças para resgatá-lo e deixá-lo fora de perigo. Dezasseis meses depois nascia felizmente. Noé era um embrião humano congelado, em nitrogénio líquido, juntamente com mais 1.400 embriões. Com este relato, os autores desta

obra começam uma defesa da humanidade dos embriões e do respeito que merecem. A argumentação do livro baseia-se na ciência embriológica e na filosofia. Os autores defendem que cada embrião humano é um indivíduo da espécie *homo sapiens*. Um indivíduo com um código genético próprio, diferente de qualquer célula da mãe ou do pai. Com minuciosos pormenores, descreve-se a configuração do embrião humano e o seu prodigioso desenvolvimento. Robert P. George, professor de Jurisprudência em Princeton, e Christopher Tollefsen, professor de Filosofia na Universidade da Carolina do Sul, abordam também o tratamento que merece o embrião humano do ponto de vista jurídico e filosófico.

Se somos pessoas temos direito a que nos respeitem desde que começamos a existir, desde a fecundação. Criança e embrião são, simplesmente, duas maneiras de nos referirmos ao mesmo ser vivo em diferentes estados de amadurecimento. Relativamente à experimentação com embriões humanos abandonados, diz-se que um cálculo utilitarista não torna boa uma ação intrinsecamente negativa como é a sua destruição.

Os autores formulam três conclusões. A primeira é política: consideram inadmissível que a posição por eles defendida seja marginalizada do debate público, com a acusação de ser confessional. Os autores utilizam argumentos científicos e filosóficos. A segunda é tecnológica: apresentam sólidas alternativas à utilização de células embrionárias – o que pressupõe destruir embriões – através do emprego de células estaminais adultas que já tiveram numerosos sucessos clínicos e não oferecem reparos éticos. A terceira é cultural: propõem regular a geração de embriões humanos em procedimentos de fecundação artificial, para que os casais não criem mais embriões do que aqueles que possam levar até ao nascimento. É o que acontece, por exemplo, na atual legislação italiana.

J. I. M.

